



SINERGIA

Número 1392
29/06 a 13/07/2017



Serviço essencial
Sindicato indispensável

Sindicato dos Trabalhadores Energéticos do Estado de SP

www.sinergiaspcut.org.br

Stieec- filiado em 1988
Gasistas- filiado em 1989
Sindprudente - filiado em 2005
Sindlitoral - filiado em 2006
Sindbauuru - filiado em 2009
Sindluz Araraquara
SindMococa
Sinergia CUT - filiado em 12/12/99

Reforma Trabalhista

**REAJA agora ou
nossos direitos
irão acabar!**

Mudança nefasta

Os passos da Reforma Trabalhista e como eles atingirão o trabalhador

Proposta original do ilegítimo governo de Temer foi trocada por um substitutivo, que incorporou inúmeras emendas sugeridas por empresários e, o que era ruim ficou ainda pior. Agora, o projeto está no Senado Federal

A Reforma Trabalhista é uma iniciativa do governo ilegítimo de Michel Temer (PMDB) por meio do Projeto de Lei 6.787, que previa alterações nos direitos trabalhistas e sindicais. Esse texto sofreu profundas mudanças quando chegou à Câmara dos Deputados.

Em 26 de abril deste ano, os deputados aprovaram, por 296 votos a 177, um substitutivo que precariza o trabalho e desmonta a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Ao ser enviado ao Senado Federal, esse substitutivo passou a se chamar PLC 38/2017 (Projeto de Lei da Câmara).

No Senado, em 6 de junho deste ano, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, por 14 votos a 11, o relatório de Ricardo Ferraço (PSDB-ES) sobre a Reforma Trabalhista. Esse parecer é favorável ao projeto.

No dia 20 de junho, Dia Nacional de Mobilização, parte do Junho de Lutas, promovido pela CUT e demais centrais sindicais, o PLC 38/2017 foi derrotado por 10 a 9 na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado. Para o Sinergia CUT, esse revés sofrido pela base do ilegítimo Temer é fruto da mobilização da classe trabalhadora.

Importância da Greve do dia 30

O presidente da CUT, Vagner de Freitas, reforça ainda a necessidade de aprofundar o trabalho de base para a Greve marcada para este dia 30 de junho. "A greve do dia 30 tem de ser mais forte do que foi a do dia 28 de abril. Vamos mostrar nas bases que governo

teve a primeira grande derrota na proposta das reformas e com a greve do dia 30 poderemos enterrar de vez as reformas."

Antes da greve conclamada pelas centrais sindicais no próximo dia 30, deve ainda acontecer mais duas audiências públicas para debater o PLC 38/2017 no dia 27 (após fechamento desta edição). Pelo menos, é esse o acordo firmado entre os senadores, segundo a Agência de Notícias do Senado.

Para o dia 28, estava marcada uma reunião extraordinária para leitura do relatório em separado do senador Paulo Paim (PT-RS) e, depois, a proposta seria votada (veja entrevista exclusiva de Paim na página 4). Para a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), o projeto de reforma propõe uma desconstrução total da CLT e dos direitos e garantias básicas do trabalhador brasileiro (veja matéria na página ao lado).

Somos contra sim!

Na avaliação do Sinergia CUT, o governo e os empresários querem aprovar esse projeto para baratear os custos com os trabalhadores, facilitar as demissões e ampliar os lucros das empresas. Com isso, querem enfraquecer os sindicatos e a Justiça do Trabalho e, deixar os trabalhadores desprotegidos.

O Sindicato lembra que a CLT foi atualizada ao longo dos anos, com mais de 500 modificações. Portanto, é moderna. E, como está o projeto hoje, se aprovado, tudo que está na CLT não estará mais garantido.

Caminho do PLC 38/2017 no Senado

▶ **A Reforma Trabalhista já está tramitando no Senado como PLC 38/2017**

▶ **Será avaliada em 3 comissões:**

- **Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)**
- **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)**
- **Comissão de Assuntos Sociais (CAS)**

▶ **Depois será votada em Plenário**
Votação em um turno, com aprovação por maioria simples favorável



Se aprovada é enviada para sanção ou veto presidencial



Se alterada volta para a Câmara para aprovação ou rejeição do novo texto



Se rejeitada é arquivada



Fonte: Texto da Agência de Notícias do Senado Federal

Arte: CUT

INIMIGOS DOS TRABALHADORES

Votaram a favor da reforma trabalhista na Câmara

Alceu Moreira PMDB, Jones Martins PMDB, Darcísio Perondi PMDB, Mauro Pereira PMDB, Onix Lorenzoni DEM, Danrlei de Deus PSD, Carlos Gomes PRB, Cezar Nardes PR, Yeda Crusius PSDB, Renato Moling PP, Jerônimo Goergen PP, Covatti Filho PP, Ronaldo Nogueira PTB, Luis Carlos Heinze PP.

Estes dois deputados são da base aliada de Temer, mas estiveram ausentes na hora da votação.
Giovani Cherini PR, José Otávio Germano PP.

A reforma será agora votada no Senado. Fique de olho nesses dois senadores!
Ana Amélia Lemos PP, Lasier Martins PSD.

Reformas trabalhista e da Previdência, NÃO!
Fora Temer! Diretas Já!

Aprovado, PLC 38/2017 mudará a CLT

117

Artigos

200

Dispositivos



O fim do emprego com direitos

O NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO

Atualmente é proibido negociar o que já está garantido na CLT. Os sindicatos negociam melhorias para os trabalhadores. Com a reforma, direitos como jornada de trabalho, horas extras e intervalo de almoço poderão ser negociados de forma individual e direta com o patrão.

A JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO E AS FÉRIAS

A reforma permite estabelecer, inclusive por acordo individual por escrito, jornada de 12 horas diárias. É o fim do pagamento das horas extras e do adicional noturno. As férias poderão ser divididas em três períodos, sendo um deles não inferior a 14 dias. Não permite mais que o trabalhador converta um terço do período de férias em abono pecuniário.

GESTANTES E LACTANTES EM AMBIENTE INSALUBRE

Esta é uma das maiores maldades da reforma, pois permite que trabalhem em local insalubre, mediante atestado médico a ser dado pelo médico contratado pela empresa.

JORNADA INTERMITENTE E BICO

A reforma prevê contrato home office por tarefa e não por jornada, prevê também trabalho intermitente (trabalhador em casa à disposição da empresa 24 horas e só é remunerado pelas horas trabalhadas. É a legalização do bico.

TERCEIRIZAÇÃO ESCANCARADA

A reforma possibilita a terceirização de todas as atividades da empresa. O trabalhador pode ser demitido e recontratado como terceirizado, com salários mais baixos e com menos direitos.

EXPEDIENTE

Publicação de responsabilidade do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas e do Sindicato dos Energéticos do Estado de São Paulo.
Sede: Rua Doutor Quirino, 1511 - Centro - Campinas, SP - CEP: 13015-082. Fones: Campinas (19) 3739-4600 / 0800-171611; SindGasista (11) 3313-5299; Bauru (14) 3234-8445; Ilha Solteira (18) 3742-2828; Presidente Prudente (18) 3903-5035; Sertãozinho (16) 3942-1148; Rio Claro (19) 3524-3712; Baixada Santista (13) 3222-6466; Votuporanga (17) 3421-2485; SindLitoral (13) 3422-1940; SindPrudente (18) 3222-1986; SindLuz Araraquara (16) 3332-2074.

Redação e diagramação: Débora Piloni (MTb 25172), Elias Aredes Jr. (MTb 26850), Lílian Parise (MTb 13522) e Nice Bulhões (MTb/MS 74)
Fotografia: Roberto Claro Ilustração: Ubiratan Dantas
E-mail: imprensa@sinergiaspcut.org.br Tiragem: 6.500 exemplares

SINERGIA
Sindicato dos Trabalhadores Energéticos do Estado de São Paulo

Entrevista Gleisi Hoffmann

Senadora detecta rachadura na base do governo ilegítimo e aposta na virada

Em entrevista ao portal da CUT Nacional, a senadora também descreve os frutos já colhidos pelo portal “Na Pressão”, lançado recentemente pela Central Única dos Trabalhadores

Nova presidenta do Partido dos Trabalhadores (PT), a senadora Gleisi Hoffmann está com uma missão urgente, que é liderar a bancada de oposição no enfrentamento da Reforma Trabalhista com o governo do ilegítimo Michel Temer (PMDB) contra os direitos trabalhistas.

Segundo a senadora, ainda existe tempo para inversão do quadro.

Em entrevista ao Portal da CUT e reproduzido agora no jornal do Sinergia CUT, Gleisi fala sobre o clima entre os parlamentares e a repercussão do lançamento da plataforma ‘Na Pressão’ que a CUT anunciou no último dia 22 como uma ferramenta de convencimento dos parlamentares contra os retrocessos de Temer, é que já propiciou o envio de 300 mil e-mails em apenas três dias.

Como repercutiu na base do governo a derrota na CAS (Comissão de Assuntos Sociais) do Senado? Há chance de derrubar a Reforma Trabalhista na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça)?

Gleisi Hoffmann – Há clima de terrorismo por parte do governo em cima dos parlamentares, de cobrança, ameaça de retirar cargos e de não liberar recursos para os senadores de sua base. O governo está usando essa estratégia. Também há um clima de constrangimento de uma parte dos parlamentares



Foto: Assessoria de Imprensa do Senado Federal

da base em relação à reforma Trabalhista, principalmente após a rejeição na Comissão de Assuntos Sociais, que analisa o mérito da matéria. Isso, somado à continuidade das denúncias envolvendo o governo Temer, cria um clima que pode nos ajudar muito na CCJ para buscar uma vitória sobre o relator.

Estamos trabalhando para derrubar esse projeto, conversamos com senadores, preparamos nossa argumentação.

O Portal ‘Na Pressão’ que a CUT lançou já repercutiu no Congresso?

Hoje (a entrevista aconteceu no último dia 23 de junho) não houve sessão na Casa e ontem foi adiantada, não foi deliberativa, mas a repercussão nas redes sociais foi grande. Acredito que na próxima segunda-feira seremos capazes de medir o impacto desse instrumento muito importante em relação ao convencimento dos trabalhadores para não votarem a favor da reforma Trabalhista.

A senhora recebeu mensagens?

Gleisi – Recebi várias, tanta da CUT quanto por meio de grupos no whatsapp

dos quais faço parte, a plataforma tem sido muito bem divulgada.

A senhora acredita que esse método é eficiente para mudar o voto dos parlamentares?

Gleisi – É um método muito importante, mas que deve ser utilizado com outras formas de pressão, como a Greve Geral que está sendo convocada para o dia 30, manifestações de rua, conversa com parlamentares nos estados que representam. Mas, sem dúvida nenhuma, em tempos de comunicação em rede, ajuda muito a influenciar.

Os impactos para as relações de trabalho

As alterações nos direitos trabalhistas e sindicais propostas pelo Projeto de Lei da Câmara (PLC 38/2017) podem ser divididas em quatro temas: condições de trabalho, organização sindical, negociações coletivas e Justiça do Trabalho.

Com relação às **condições de trabalho**, inclui contratos precários (contratação com menores custos), medidas que facilitam a demissão e reduzem a possibilidade do trabalhador reclamar direitos trabalhistas na Justiça do Trabalho. Mais: altera a extensão da jornada de trabalho e flexibiliza uma série de direitos, como salário, férias e proteção às mulheres gestantes.

Sobre a **organização sindical**, o PLC cria a Comissão de Representantes sem vínculo sindical para empresas com mais de 200 trabalhadores com o objetivo de “promover o entendimento direto com os empregadores. Define como atribuições do representante ou comissão representar os empregadores perante a administração da empresa; buscar soluções para os conflitos decorrentes da relação de trabalho; assegurar tratamento justo e imparcial aos trabalhadores e encaminhar reivindicações dos trabalhadores.

O projeto de lei estabelece ainda: as decisões da comissão serão sempre colegiadas; a comissão organizará a atuação de forma independente; e eleição convocada com antecedência



mínima de 30 dias do término do mandato anterior por meio de edital.

Vale ressaltar que o PLC inviabiliza a atuação efetiva de representação dos trabalhadores uma vez que estabelece que os trabalhadores da comissão exercerão suas funções de representação fora do expediente de trabalho.

Ainda sobre o tema organização sindical, o PLC acaba com a contribuição sindical obrigatória, que passa a depender de prévia e expressa autorização dos trabalhadores. Também limita a atuação sindical e revoga a obrigatoriedade da presença do sindicato na rescisão do contrato de trabalho.

Ou seja, a reforma trabalhista enfraquecerá a organização sindical dos

trabalhadores, pois, além de criar outras formas de negociações e tentar liquidar com os sindicatos, permanece a receita compulsória dos patrões.

Quanto às **negociações coletivas**, o Projeto de Lei estabelece a prevalência do negociado sobre o legislado (veja na página 2); prevalência dos acordos sobre as convenções coletivas ainda que estas prevejam condições mais favoráveis; estabelece que a convenção coletiva ou acordo não pode ultrapassar dois anos de vigência; prevê negociação individual para trabalhadores com ensino superior ou maiores salários; e negociação individual para rescisão de contrato de trabalho e compensação da jornada de

trabalho.

Com relação à **Justiça do Trabalho**, o PLC 38/2017 restringe o acesso a Justiça gratuita para ações trabalhistas. O trabalhador não apenas terá que pagar as custas do advogado, mas também por qualquer trabalho de perícia. Ou seja, se precisar de um exame médico para provar uma lesão por trabalho exaustivo, terá que pagar pelo laudo. O objetivo é dificultar e impedir o acesso do trabalhador à Justiça do Trabalho.

Enfim... só os empresários ganham com a Reforma Trabalhista, pois reduzirão as despesas com o pessoal.

...é parar novamente o Brasil para barrar as reformas!

A greve geral realizada em 28 de abril foi a maior na história do País com o apoio da sociedade.

Nesta sexta-feira, 30 de junho, estão previstas diversas paralisações e manifestações em todo o Brasil. O Sinergia CUT está nessa batalha junto com a CUT e demais centrais. “Nossa vitória na comissão que analisou a Reforma Trabalhista foi simbólica e isso tem que servir de encorajamento e ânimo aos trabalhadores energéticos e de todas as categorias. Podemos vencer e derrotar a reforma. À luta, companheirada”, conclama a direção do Sinergia CUT. Dia 30, é dia de parar o Brasil contra a reforma trabalhista, em defesa dos direitos e da aposentadoria!

Fontes de pesquisa: CUT e Nota Técnica 178 do Dieese

Entrevista exclusiva - Paulo Paim

Senador não joga a toalha e aposta em reviravolta na Reforma Trabalhista

Segundo ele, mudanças propostas pelo governo ilegítimo acarretarão em prejuízo aos pobres

Envolvido em intenso debate no Congresso Nacional para evitar retrocesso a classe trabalhadora, o senador Paulo Paim (PT-RS) ainda vislumbra a luta e a resistência como instrumento para barrar o avanço da Reforma Trabalhista. “Eu nunca joga a toalha”, afirmou nesta entrevista exclusiva ao jornal do Sinergia CUT. Nesta entrevista, o parlamentar explica de modo pormenorizado porque a reforma proposta pelo governo ilegítimo é uma fraude e aproveita para desmitificar alguns argumentos encaminhados pelos empresários. Confira a entrevista.

Por que a Reforma Trabalhista proposta pelo governo ilegítimo de Michel Temer é prejudicial aos trabalhadores? Em quais pontos a sua proposta difere daquela encaminhada pelo Palácio do Planalto?

Com as mudanças na legislação trabalhista aumentarão o desemprego e a pobreza. A ideia de negociações coletivas e individuais se sobrepõem ao que está na legislação – o chamado negociado sobre o legislado – vai acarretar, na prática, a redução de direitos já conquistados pelos trabalhadores ao longo de décadas. Os patrões pressionarão empregados a aceitar qualquer coisa para permanecer no emprego. Eu não estou dizendo que a gente não possa fazer uma reforma, mas não isto que está aqui. Isto é inaceitável. Pelas palavras do próprio relator eu digo: Não precisamos rejeitar na íntegra como estou propondo. Vamos construir um substitutivo. Vamos ver o que é viável e o que não é. Vamos aprovar aqui e remeter para a Câmara dos Deputados. Se o Senado não o fizer, ele não tem mais razão de existir. O meu parecer defende a rejeição integral ao projeto da reforma trabalhista e o documento trata especialmente de quatro temas: condições de trabalho, organização sindical, negociações coletivas e jus-



Foto: Assessoria de Imprensa do Senado Federal

tiça do trabalho.

Essa Reforma Trabalhista do governo ilegítimo, mesmo que indiretamente pode ajudar no aumento dos acidentes de trabalho e da precarização? Por que?

Sim, Infelizmente com essa reforma aumenta o número de acidentes no trabalho, pois está comprovado que os maiores índices de acidente do trabalho acontecem na terceirização. De cada 10 acidentes no trabalho hoje no Brasil, 8 ocorrem com profissionais terceirizados. De cada 5 mortes no ambiente de trabalho, 4 no mundo das empresas precarizadas. Quando a reforma trabalhista propõe que o trabalhador assine um documento assumindo o risco de acidente no local de trabalho, isso já demonstra total irresponsabilidade por parte do empregador. Isso é um absurdo.

Os empresários sempre afirmam que a Reforma Trabalhista é necessária porque contratar é algo muito caro no Brasil. Pela linha de raciocínio deles, quem recebe R\$ 1000

obriga a empresa a pagar o mesmo valor ou na melhor das hipóteses, 40% ou 50% de encargos. Como o senhor responde essa crítica?

Os empresários devem sempre defender alguma reforma trabalhista, mas, deveriam defender a diminuição de encargos e impostos pagos pelas empresas para reduzir o seu gasto, e não defender a retirada de direitos dos trabalhadores. O Brasil está entre os países de terceiro mundo, com um dos menores salários mínimos. Não tem como ficar comparando com grandes potências econômicas como estão fazendo, onde o salário é muito maior que o nosso.

Que impacto esta reforma teria no setor sindical brasileiro?

Essa reforma é perversa, cruel e desonesta. Por defender as leis de negociação individual sem a participação dos sindicatos, isso é tirar o direito de negociação do trabalhador. Que país é esse?

O senhor sempre foi defensor da política de valorização do salário

minimo. E do crescimento como forma de gerar riqueza e aumento de renda. O senhor acha que a população está consciente de que tais conceitos podem ser perdidos com a Reforma Trabalhista?

Acho que não estão conscientes do dano irreparável que essa reforma vai provocar na vida dos trabalhadores.

Como o senhor analisa o papel dos meios de comunicação na cobertura da votação da Reforma Trabalhista?

É muito triste ter que reconhecer que há uma cobertura tendenciosa ao que é fato no Senado, e ao que é mostrado para a população pela grande mídia

Existe chance de convencer a base de Michel Temer do equívoco da Reforma Trabalhista?

Eu sou daqueles homens nunca jogam a toalha. A minha palavra de ordem é Resistência. Acredito que se a população brasileira fizer a pressão nas ruas como deve ser feita, e cobrar dos seus parlamentares, essa reforma não passará.

Governo ilegítimo prejudica trabalhador no presente e quer inviabilizar o futuro com Reforma da Previdência

Se já não bastasse os problemas gerados pela “Reforma Trabalhista” do governo ilegítimo, o trabalhador ainda pode carregar mais prejuízo no futuro em virtude da Reforma da Previdência que também tramita no Congresso Nacional.

Para começar, o trabalhador poderá aposentar-se só aos 65 anos e as trabalhadoras aos 62 anos, o que prejudicará sensivelmente, por exemplo, categorias que convivem com o risco de acidentes de trabalho, como energéticos, petroleiros e construção civil.

Não para por aí: de acordo com a proposta, quem se aposentar e continuar a trabalhar e depois for demitido não terá direito a multa de 40% do trabalhador aposentado. Um escárnio.

Para se contrapor a essas e outras

propostas, o senador Paulo Paim (PT-RS) requisitou uma CPI para a Previdência, instalada no dia 26 de abril. A CPI irá investigar as contas da Previdência, verificar as empresas devedoras, o nível de sonegação e a concessão de anistias e transferência de recursos para outras áreas.

Tudo isso para desmontar a farsa de que o sistema previdenciário é deficitário. Pelo contrário. Basta dizer que em 2014 sobram R\$ 55,7 bilhões e em 2015 R\$ 11,2 bilhões.

O problema é que o governo ilegítimo usa um mecanismo chamado Desvinculação de Receitas da União (DRU) que tira 30% do orçamento da seguridade, o que pode representar uma retirada anual de R\$ 120 bilhões.

Ou seja, estão lhe enganando à luz do dia. É preciso reagir.

